

## FOUCAULT E A QUESTÃO DO DISPOSITIVO, DA GOVERNAMENTALIDADE E DA SUBJETIVAÇÃO: MAPEANDO NOÇÕES

Jadson Fernando Garcia GONÇALVES  
Campus Universitário de Abaetetubaf-a  
jadson@ufpa.br

**Resumo:** Este artigo objetiva traçar um mapa das noções de *dispositivo*, *governamentalidade* e *subjetivação* presentes em textos de Foucault surgidos em diferentes momentos de sua produção. Este intento também se concretiza com a recorrência a textos de Deleuze, a partir dos quais é possível percebermos nuances que elas engendram. Considero tais noções como *questões* centrais e indissolúveis no pensamento foucaultiano que, articuladas às problemáticas do saber, do poder e da ética funcionam como móveis de suas análises. Em um momento em que a educação, travestida na idéia de neogerencialismo, é assumida pelas políticas públicas oficiais como dispositivo estratégico de gestão da conduta (em que *o encontro entre as técnicas de dominação dos outros e as técnicas de si caracterizam a governamentalidade como “superfície de contato em que se juntam a maneira de conduzir os indivíduos e a maneira pela qual eles se conduzem”*) nada mais oportuno que retomar as reflexões foucaultianas para compreendermos as questões que atingem a educação e a constituição do sujeito moral pedagógico em nosso presente.

**Palavras-chave:** Foucault. Dispositivo. Governamentalidade. Subjetivação.

**Abstract:** This article aims to track a map of the notions of *dispositif*, *governmentality* and *subjectivation* present in texts of Foucault appeared in different moments of his production. This intent also concretizes it with a recurrence at text of Deleuze, from those it is possible to see nuances that they engender. In a moment in which the education, disguised in the idea of neo-authoritarianism, it is assumed by the officials public politics as a strategic *dispositif* of administration of conduct (in which the encounters between the techniques of domination of the others and the self techniques characterizes the governmentality as “*surface of contact that joins the way of conduct of the individuals and the way that they conduct themselves*”) nothing more opportune like resume the reflections of Foucault to understand the questions that hits the education and the constitution of the pedagogic moral subject in our present.

**Keywords:** Foucault. Dispositif. Governmentality. Subjectivation.

Uma maneira de abordarmos a questão do dispositivo, da governamentalidade e da subjetivação nos é dada por Foucault ao indicar que o estabelecimento de um elo entre estas noções, intimamente relacionadas à questão do poder, permite “[...] retomar num outro aspecto a questão da ‘governamentalidade’: *o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro* (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida etc.)” (FOUCAULT, 1997a, p. 111, grifos meus).

É no cruzamento da problemática da subjetividade e da “análise das formas de ‘governamentalidade’” (*Idem*, p. 110) que ocorrem no domínio moral ou o “*governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro*”, que podemos situar, também, a

problematização daquilo que Foucault denomina “técnicas de si”, as quais permitem o exercício de modos de subjetivação.

Neste cruzamento, são acionados, posicionados e reposicionados múltiplos dispositivos, no sentido de desencadear processos ou relações em que o sujeito é instado a observar-se, a governar-se, a exercer sobre si um certo domínio, “[...] um modo de regular sua conduta, de se fixar a si mesmo fins e meios [...] exercendo ações onde se é o objetivo dessas ações, o domínio em que elas se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e o sujeito que age” (*Ibid*, p. 112 e 110).

Por tratar-se de noções que envolvem práticas de gestão da conduta – tanto individual quanto coletiva – que necessitam utilizar-se de diferentes dispositivos discursivos e não discursivos para se efetivarem, gostaria de inserir-me nesta discussão abordando inicialmente a noção de dispositivo; ver como Foucault a entende e evidenciar que esta noção, juntamente com a noção de poder, são centrais para a compreensão das noções de governamentalidade e subjetivação nos diferentes direcionamentos que Foucault deu a elas em diferentes momentos de seus escritos, sobretudo naqueles escritos que ele classifica como o terceiro domínio de suas investigações.

### ***Sobre o dispositivo***

É em *História da sexualidade*, no volume *A vontade de saber* (1999), que Foucault desenvolve o conceito de dispositivo, apesar de ser um termo já empregado inúmeras vezes em *Vigiar e punir* (2004a)<sup>1</sup>. De modo mais objetivo, o que Foucault entende por dispositivo é especificado em uma entrevista intitulada *Sobre a história da sexualidade* (1998a, p. 244).

Um dispositivo é

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [Um] discurso que pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe

---

<sup>1</sup> Para um estudo mais sistemático do conceito de dispositivo ver o artigo *Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo deleuziano de Foucault*, do Prof. Eduardo Pellejero, publicado neste Dossiê.

um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [O dispositivo pode ser entendido também] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência histórica. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

Funcionando como função estratégica dominante o dispositivo, ou o agenciamento como quer Deleuze (1991), em sua forma concreta ou abstrata, continuada e cotidianamente investe em práticas de governo da conduta (governo de si e dos outros, e de uns pelos outros), o que nos permite afirmar que o dispositivo é sempre um investimento político do corpo e, deste modo, “[...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (1998a, p. 246).

Em outra direção, complementar e não divergente em relação à compreensão foucaultiana da noção de dispositivo, Deleuze (1999) considera-o como um conceito operatório multilinear, transversal, alicerçado nos três grandes domínios genealógicos já definidos por Foucault no conjunto de seus trabalhos.

Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais (FOUCAULT, 1995a, p. 262).

O primeiro domínio diz respeito à constituição de uma rede de discursos na produção do saber; o segundo se refere ao poder em suas múltiplas formas (este indicaria a função estratégica do dispositivo e as relações entre seus elementos discursivos e institucionais); o terceiro domínio diz respeito à produção de sujeitos (ou o modo como a subjetividade é produzida, ou mais propriamente, aos modos de subjetivação).

O conjunto multilinear definido por Foucault como diagrama ou máquina abstrata, que também caracteriza o dispositivo como máquina concreta, como agenciamento concreto derivativo da máquina abstrata, presentes nos três domínios investigativos de sua escritura, é assim expresso por Deleuze:

O diagrama, ou a máquina abstrata é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos [...] Mas não deixa de ser verdade que o diagrama age como uma causa imanente não-

unificadora, estendendo-se por todo campo social: a máquina abstrata é como a causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, “não por cima”, mas pelo próprio tecido dos agenciamentos que produzem (DELEUZE, 1991, p. 46).

O diagrama constitui-se em múltiplas linhas, curvas e regimes, sempre atravessadas por vetores e tensores, que constituem as visibilidades e as invisibilidades, as enunciações, as forças, as relações, as posições de sujeito. Como linhas bifurcadas, submetidas a variações de direção e sujeitas a derivações, são sempre efêmeras e transitórias. O diagrama, como causa imanente, é uma causa “que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito [...] a causa imanente é aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre máquina abstrata e os agenciamentos concretos” (*Idem, Ibidem*). Daí a noção de diagrama fundir-se à noção de dispositivo.

O dispositivo, como um conjunto multilinear, fendido “pelo interstício através do qual se efetua a máquina abstrata” (*Ibidem*, p. 48), de modo algum demarca fronteiras intransponíveis ou contornos definitivos entre saber, poder e subjetividade; o dispositivo constitui e define os próprios regimes de enunciação e de silêncio, estes não são nem sujeitos, nem objetos, são regimes. Nestes regimes, são muitas as linhas de força que atravessam, de um ponto a outro, o dispositivo e isto os tornam instáveis, em permanente desequilíbrio – tanto o dispositivo quanto os regimes: há linhas de sedimentação, mas também de segmentaridade, de fratura, de fissura, de visibilidade, de enunciação, de forças, de transgressão, de ruptura, de subjetivação. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes móveis e entrecruzados, informes, ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos.

É o entrecruzamento destas linhas, suas instabilidades, que suscitam múltiplas variações e mutações no próprio dispositivo e também nos regimes, mas, paradoxalmente, tornam estes últimos suscetíveis a contínuas acomodações quanto a tentativas de se efetivar “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação” (DELEUZE, 1999, p. 158). Assim, todo dispositivo

[...] se define por seu teor de novidade e criatividade, o qual marca ao mesmo tempo sua capacidade de transformar-se ou de fissurar-se e em proveito de um dispositivo futuro [...] Pertencemos a certos dispositivos e operamos neles. A novidade de uns em relação a outros é o que chamamos sua atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos mas o que vamos sendo o que chegamos a ser, isto é, o outro, nossa diferente evolução [...] Em todo dispositivo há que distinguir o que somos (o que já não somos)

e o que estamos sendo [...] não se trata de predizer, mas de estar atento ao desconhecido que bate à nossa porta (*Idem*, p. 159).

### ***Poder e governamentalidade***

Se o dispositivo se caracteriza por sua atualidade e esta não se refere ao que somos mas “ao que vamos sendo o que chegamos a ser”, então podemos falar de um dispositivo de governamentalidade? O que podemos entender por governamentalidade em sua articulação com a questão do poder em Foucault? Quais as formas de poder a partir das quais a governamentalidade se constitui e se institui, transformando-se em uma forma complexa de poder, em um dispositivo pronto a “fissurar-se em proveito de um dispositivo futuro”?

A noção de *governamentalidade*<sup>2</sup> é uma das noções utilizadas por Foucault para analisar as transformações ocorridas na racionalidade política do ocidente e demonstrar como o Estado moderno, num período que se estende do século XV ao século XIX, tornou-se um Estado governamentalizado.

Em *A Governamentalidade* (1998b), Foucault faz o inventário das transformações ocorridas nas formas de governo, a passagem do poder soberano à arte de governo e desta à economia política, e de como a população adquiriu importância e singularidade e constituiu-se como problemática da gestão governamental.

Como expressão de diferentes racionalidades políticas nas quais a questão do governo tornou-se proeminente, gerando um processo de governamentalização do Estado moderno, a noção de governamentalidade pode ser entendida como o “[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1998b, p. 291 - 292).

Enquanto *arte de governo*, enquanto ciência do governo, ou enquanto prática de *gestão governamental*, o que caracteriza a governamentalidade é sua eficácia ao exercer-se simultaneamente, e de modo minucioso e detalhado, sobre o indivíduo e a coletividade.

---

<sup>2</sup> Inicialmente, em alguns textos de Foucault (Cf., por exemplo, 1997a; 1997b; 1997c; 1998b; 1999), a governamentalidade está articulada à economia política da população, nestes a questão do governo é entendida como a “atividade que consiste em *dirigir a conduta dos homens em quadros e com instrumentos estatais*” (1997c, p. 90, grifos meus). Em textos posteriores (Cf., por exemplo, FOUCAULT, 1995a; 1995b; 1997d; 1997e; 2007f; 2004b; 2004c), a governamentalidade vincula-se ao governo do indivíduo, sobretudo na forma de racionalidade política que se articula a partir do poder pastoral.

Sempre articulada à questão do poder, a temática da governamentalidade é introduzida nos trabalhos de Foucault a partir da análise do “problema específico da população” e de como este problema está diretamente ligado à problemática do governo, às formas de governo - e suas transformações - nos Estados modernos a partir do século XVI até o século XVIII. Foucault constata que, de modo geral, é a partir das diferentes formas de governo, enquanto práticas múltiplas, que

[...] o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo – reatualizado, por exemplo, pelo retorno ao estoicismo no século XVI; problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. [Em suma,] o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com qual método, etc. Problemática geral do governo em geral (*Idem*, p. 277 e 278).

No século XVII, o problema do governo, sem suprimir ou deixar de lado estes problemas postos pelo século XVI – até mesmo atualizando-os –, ganha outras proporções. A preocupação com o governo da população, o problema político da população – que ganha força com a “expansão demográfica do século XVII” (*Idem*, p. 287) – torna-se o cerne das formulações sobre a arte de governar que irá estender-se pelo século XVIII: neste âmbito, a “arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população” (*Ibidem*, p. 288).

A população, agora “como problema econômico e político”, aparece como um elemento novo nas técnicas do poder, nas práticas de governo. Em outros termos, para gerir a população foi preciso criar, segundo Foucault, um *saber político* sobre a mesma, uma *biopolítica*, ou a “maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças...” (FOUCAULT, 1997c, p. 89).

Esta racionalização governamental, caracterizada pela biopolítica, “[...] tende a tratar a ‘população’ como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentem traços biológicos e patológicos particulares, e que, por conseguinte, dizem respeito a técnicas e saberes específicos. E a própria ‘biopolítica’ deve ser compreendida a partir de um tema desenvolvido desde o século XVII: a gestão das forças estatais” (FOUCAULT, 1997b, p. 86), ou,

ainda, “[...] o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1999, p. 134).

Em suma, a população, como problema político do Estado moderno, faz surgir, de modo coexistente, um tipo de saber político – a biopolítica – e um tipo de poder – o biopoder –; ambos fornecem as técnicas, os instrumentos e os mecanismos necessários para gerir e regular a vida da população: “O biopoder representa uma transformação fundamental nos mecanismos de poder anteriores à época clássica, pois fazem aparecer mecanismos de incitação, controle, vigilância. A elaboração e aperfeiçoamento de tais mecanismos têm como fundamento um interesse pela vida do indivíduo e da espécie” (FONSECA, 2003, p. 90).

Para Foucault, o controle do corpo individual, do “corpo como máquina” e o controle da espécie, do “corpo-espécie”, são as duas faces de uma mesma tecnologia política da vida desenvolvida a partir do século XVII, que constitui e integra dois pólos do poder sobre a vida. A integração da *anátomo-política do corpo* e da *bio-política da população*, constituem o biopoder.

O biopoder sempre ocasiona uma massificação, tendo em vista que suas regulações não se dirigem, em última instância, aos indivíduos isolados, mas à coletividade. Assim, os efeitos do biopoder são sempre efeitos de conjunto, coletivos; efeitos que se fazem sentir sobre a vida de uma população.

Ao exercer-se sobre a população, o biopoder não só lhe extrai saber mas, concomitantemente, intensifica a produção de novos saberes em torno da população<sup>3</sup>. Seus focos são aqueles fenômenos que diretamente atingem e podem afetar a população. Daí decorre sua necessidade em criar mecanismos reguladores que lhe permitam “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar” (FOUCAULT, 1999, p. 135) de modo que o *corpo-espécie* esteja sob constante controle: “A biopolítica do corpo e a biopolítica da população compõem a espécie de relações de poder que marcam a atualidade. É pelas disciplinas do corpo e pelas regulações da população que se desenvolve o poder sobre a vida” (FONSECA, 2003, p. 91).

---

<sup>3</sup> Neste aspecto, Foucault é enfático ao dizer: “Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamentos, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do ‘poder-saber’” (FOUCAULT, 1997f, p. 19).

Daí também o biopoder e seus mecanismos de regulação não serem uma exclusividade do governo soberano, ou do governo disciplinar, ou do Estado governamental, mas encontrarem-se espalhados por aparatos institucionais estatais, infraestatais e paraestatais, como uma racionalidade política plástica adaptável a outras formas de *governamentalidade*.

Em *O sujeito e o poder* Foucault chama a atenção para o fato de que o Estado moderno se constituiu em uma versátil e sofisticada “forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora”; uma forma de racionalidade política astuciosa que integrou, para governar as vidas singulares dos indivíduos e a coletividade de modo contínuo e permanente, “uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs, [chamada de] tecnologia de poder pastoral” (1995b, p. 236); de modo geral este tipo de poder possui algumas peculiaridades<sup>4</sup>.

1) É um poder que, utilizado no interior das instituições eclesiásticas, objetiva assegurar a salvação individual das criaturas do grande pastor divino no outro mundo; ao pastor compete assegurar a salvação das almas de seu rebanho. O pastor reúne, guia e conduz seu rebanho, mas o poder a si atribuído não é só o do comando: o pastor deve estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. A benevolência e a abnegação constituem o devotamento do pastor em relação ao seu rebanho: *Tudo o que o pastor faz, ele o faz pelo bem de seu rebanho. É sua preocupação constante. Quando ele dorme, ele vigia.*

2) O poder pastoral é, de modo simultâneo, totalizante e individualizante: O pastor *não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular. Não se trata apenas de os salvar a todos, todos juntos, diante da aproximação do perigo. Tudo é questão de benevolência constante, individualizada e final. De benevolência constante, pois o pastor provê ao sustento de seu rebanho. De benevolência individualizada, também, pois o pastor cuida para que todas estas ovelhas, sem exceção, sejam saciadas e salvas. De benevolência final, pois o pastor tem um plano para seu rebanho.* O poder pastoral supõe atenção individual a cada membro do rebanho e, deste modo, por um paradoxo que lhe é intrínseco, ao rebanho todo.

3) O poder pastoral não se exerce sem o conhecimento das pessoas, sem o conhecimento do rebanho, pelo pastor, no conjunto e em detalhe. *O pastorado cristão pressupõe uma forma de conhecimento particular entre o pastor e cada uma das ovelhas. Tal conhecimento é particular. Ele individualiza. Não basta saber em que estado se encontra o*

---

<sup>4</sup> Estas peculiaridades foram aqui reunidas a partir das que Foucault apresenta tanto em *O sujeito e o poder* (1995b) quanto as que apresenta em *Omnes e singulatim* (2004c).



*rebanho. É necessário também conhecer o de cada ovelha. À ovelha cumpre permitir abrir-se inteiramente ao seu diretor – revelar-lhe as profundezas da alma.*

4) O poder pastoral *implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la. Deve saber o que passa na alma de cada um, conhecer seus pecados secretos, sua progressão no caminho da santidade*, da perfeição e da felicidade. Para perscrutar as profundezas da alma, o poder pastoral emprega como procedimento e como *técnica de si* para a produção da verdade individual a *conversão*, a *confissão*, a *direção de consciência* e o *exame de consciência*.

Em suma, o poder pastoral é uma forma de poder “[...] orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo” (FOUCAULT, 1995b, p. 237).

É a partir da junção do Estado totalizador e do poder pastoral individualizante, que se configura a formação de um *Estado governamental pastoral* como uma nova racionalidade política preocupada não somente com a liberdade individual, mas em garantir a este Estado poderes para gerir a vida coletiva. De certo, “[...] trata-se de um poder que individualiza, concedendo, por um paradoxo essencial, um valor tão grande a uma só de suas ovelhas quanto ao rebanho inteiro” (FOUCAULT, 1997b, p. 82). E, de certa maneira, “[...] podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (FOUCAULT, 1995b, p. 237).

E isto implica que o poder do tipo pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma “tática” individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria; da educação e dos empregadores (FOUCAULT, 1995b, p. 238).

Esta nova configuração é decorrente das transformações que, em sua forma eclesiástica tradicional, o poder pastoral sofreu no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Associado ao aparelho administrativo do Estado moderno, os antigos objetivos do poder pastoral são transformados em objetivos mundanos: trata-se de assegurar a salvação do povo neste mundo – garantia de saúde, segurança, educação, riqueza, bem-estar.

Apesar de enfraquecido em sua forma tradicional, o poder pastoral, num processo concomitante de multiplicação e reforço de suas funções e agentes, alastra-se por múltiplas instituições públicas e empreendimentos privados (sobretudo os de natureza filantrópica). Neste processo de governamentalização do poder pastoral, o foco de sua atenção concentrou-se no “[...] desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois pólos: um globalizador e quantitativo, concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo” (*Idem, Ibidem*).

A governamentalização do poder pastoral, ou seja, a articulação entre o pastorado cristão e o poder político do Estado moderno, não se fez sem a preocupação constante com o governo dos outros e o governo de si. Neste processo de governamentalização, as relações de poder estabelecidas não são simplesmente um tipo de relação “[...] entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros [...] só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’ ” (*Idem*, p. 242).

Nas palavras de Deleuze, “[...] o poder não tem homogeneidade; define-se por singularidade, pelos pontos singulares por onde passa” (1991, p. 35). Vê-se, então, como um problema político e econômico da população, surgido no século XVI, passa a ser considerado como um problema de gestão governamental do Estado moderno, complexificando-se e tornando-se um problema de *governo*. Se por *governo* podia-se entender a “[...] atividade que consiste em dirigir a conduta dos homens em quadros e com instrumentos estatais” (FOUCAULT, 1997c, p.90), logo a questão toma amplitude e o *governo* passa a ser dimensionado no sentido de ser ou referir-se a “[...] técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (FOUCAULT, 1997d, p. 101).

Então se pode dizer que o quadro geral no qual se inscrevem as formas de governamentalidade é o conjunto de desenvolvimentos da racionalidade política do Estado moderno, ou seja, o conjunto de formulações em torno da problemática da população e da noção de *governo* que se pôde problematizar a partir da temática do biopoder, da biopolítica, do poder disciplinar e do poder pastoral; são os desdobramentos relativos a estas problematizações que constituem a governamentalidade, ao que “[...] devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode articular a questão da política e a questão da ética” (FOUCAULT, 2004b, p. 307).

Disto se depreende a estreita vinculação entre governamentalidade e subjetivação e sua relação com a questão do poder no pensamento foucaultiano, sobretudo a presente nos escritos de seu terceiro domínio investigativo.

### ***Governamentalidade e subjetivação***

Positivamente, a temática da governamentalidade desenvolvida por Foucault põe em jogo uma problemática que propõe questões a respeito de como o poder é exercido, a respeito do *como* do governo.

O *como* do governo ou como o poder é exercido sobre o sujeito ou, ainda, como a governamentalidade é exercida pode ser descrita através da análise das relações de poder. A concepção de poder colocada em jogo pela noção de governamentalidade se contrapõe à concepção do poder estatal e soberano como uma forma repressiva e negativa do poder.

A partir da articulação apresentada por Foucault entre governamentalidade e poder político, e para repetir uma passagem já citada neste texto, podemos “[...] retomar num outro aspecto a questão da ‘governamentalidade’: *o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro* (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida etc.)” (FOUCAULT, 1997a, p. 111, grifos meus), e articular governamentalidade e técnicas de si:

[...] se considerarmos a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível –, então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. [...] *a análise da governamentalidade* – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – *deve referir-se a uma ética do sujeito definida pela relação de si para consigo* (FOUCAULT, 2004b, p. 306 – 307, grifos meus).

A governamentalidade como o poder político é não-localizável; não é propriedade de alguém; é um dispositivo que como o poder circula no tecido social; é um dispositivo que como as regras “são feitas para servir a isto ou aquilo [...] podem ser burladas ao sabor da vontade de uns e de outros [...] de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e

voltá-las contra aqueles que as tinham imposto” (FOUCAULT, 1998c, p. 25). Mais que isso, como dispositivo de subjetivação, a governamentalidade também implica um exercício refletido de si sobre si mesmo, um voltar sobre si... o afeto de si para consigo que não pára de renascer de maneiras múltiplas (DELEUZE, 1991).

Segundo uma das muitas formulações que podemos encontrar em seus escritos do *domínio ético* de investigações, por *técnicas de si* Foucault entende “[...] os procedimentos, que, sem, dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997a, p. 109).

“Técnicas de si”, “tecnologias de si”, “artes de existência”, “estéticas da existência”, “prática moral” são todas expressões utilizadas por Foucault para se referir a estes processos de conhecimento e domínio de si por si, ou a relação consigo “através dos quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (FOUCAULT, 2001, p.11), procedendo a uma “hermenêutica de si”, à uma “decodificação de si mesmo”. Todas estas expressões se referem a

[...] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. Essas “artes de existência”, essas técnicas de si, perderam, sem dúvida, uma certa parte de sua importância e de sua autonomia quando, com o cristianismo, foram integradas no exercício de um poder pastoral e, mais tarde, em práticas de tipo educativo, médico ou psicológico (*Idem*, p.15).

Na Antiguidade clássica, estas práticas se referiam “àquilo que se chamava freqüentemente, em grego, *epimeleia heautou*; em latim, *cura sui*” (FOUCAULT, 1997e, p. 119), expressões que traduzem o princípio do *cuidado de si*. Este princípio, entre os gregos, esteve associado a outro princípio: o *Gnôthi seauton*, o conhecimento de si.

Esse princípio de “ocupar de si”, de “cuidar de si mesmo”, é, sem dúvida, a nosso ver, obscurecido pelo brilho do *Gnôthi seauton*. Mas é preciso lembrar que a regra de ter de se conhecer a si mesmo foi regularmente associada ao tema do cuidado de si. Na cultura antiga como um todo, é fácil encontrar testemunhos da importância dada ao “cuidado de si” e de sua conexão com o tema do conhecimento de si (FOUCAULT, 1997e, p. 119).

É entre esses dois princípios que Foucault problematiza a existência, na Antiguidade clássica, com reverberações no ascetismo cristão, de uma cultura de si e a

aplicação das técnicas de si baseada nestes dois preceitos de relacionamento com o outro e consigo mesmo: o princípio delfico *conhece-te a ti mesmo* e o princípio ascético *cuidar de si mesmo*. No Resumo do Curso *A hermenêutica do sujeito* (1997e), Foucault dedica especial atenção à análise do princípio do cuidado de si entre os gregos e os latinos. Entretanto, é em *A técnica de si* (2004d, p. 2) que Foucault manifesta sua preocupação em estudar as “técnicas específicas das quais os homens se utilizam para compreenderem aquilo que são”. Neste texto, Foucault apresenta quatro grupos de técnicas que os homens utilizam para decifrarem a si mesmos:

1) as técnicas de produção graças as quais podemos produzir, transformar e manipular objetos; 2) as técnicas de sistemas de signos, que permitem a utilização de signos, de sentidos, de símbolos ou de significação; 3) as técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, submetendo-os a certos fins ou à dominação, objetivando o sujeito; 4) as técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (*Idem*, p. 2).

Podemos encontrar muitos destes procedimentos operando, historicamente, em inúmeros espaços institucionais; eles se configuram em experiências, técnicas, exercícios, através dos quais o sujeito é instado a observar-se, a decifrar-se, a avaliar-se, a julgar-se, a “governar-se”, a constituir-se como sujeito de experiência e como lugar da produção da verdade. Nesse processo, a experiência, como técnica elaborada, como tecnologia de si, é entendida como o cuidado que o sujeito deve ter consigo mesmo.

Foucault destaca ainda que o encontro entre as técnicas de dominação dos outros e as técnicas de si caracterizam a *governamentalidade* como “superfície de contato em que se juntam a maneira de conduzir os indivíduos e a maneira pela qual eles se conduzem” (apud GROS, 2004, p. 637). Há aqui um significativo deslocamento na questão do *governo*, e o significado inicial atribuído por Foucault à governamentalidade (Cf.1998b) passa a articular-se à questão das técnicas de si como uma modalidade de governo de si, ou de modo mais amplo, passa a articular-se às técnicas de dominação dos outros com as técnicas de si ou de dominação de si por si mesmo. É nesta “relação consigo”, na experiência que o sujeito faz de si mesmo nas relações de poder/saber, que a subjetividade é constituída. O processo de subjetivação, ou a relação consigo, se dá em função das técnicas de si, que se constituem em formas de governamentalidade.

No que diz respeito a esta relação do sujeito consigo mesmo, chamada também de ética por Foucault, ou seja, “a maneira pela qual o indivíduo deve se constituir a si mesmo como o sujeito moral de suas próprias ações” (FOUCAULT, 1995a, p. 263), são destacados pelo autor, quatro aspectos:

[...] o primeiro aspecto responde à questão: qual o aspecto ou a parte de mim ou do meu comportamento relacionado à conduta moral? [...] Isto é o que eu chamo de substância ética [a matéria a ser trabalhada pela ética] [...]. O segundo aspecto é o que eu chamo modo de sujeição, isto é, a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais [...] O terceiro é: quais são os meios pelos quais podemos nos modificar para nos tornarmos sujeitos éticos? [...] O terceiro aspecto chamo prática de si ou ascetismo – ascetismo num sentido bastante amplo [...] O quarto aspecto é: qual é o tipo de ser que aspiramos quando nos comportamos de acordo com a moral? [...] Eis o que eu chamo de teleologia. Aquilo que chamamos moral é o comportamento efetivo das pessoas; há os códigos e há este tipo de relação consigo mesmo que compreende os quatro outros aspectos citados (*Idem*, p. 263 a 265).

Certamente o domínio do “pedagógico” é um domínio privilegiado onde este governo de si se mostra de modo preponderante. Não deixa de ser curioso o fato de que este “[...] governo de si, com as técnicas que lhe são próprias, toma lugar ‘entre’ as instituições pedagógicas e as religiões da salvação. [...] Não se pode considerar que pedagogia, governo de si e salvação constituam três domínios perfeitamente distintos e que [operam] com noções e métodos diferentes; de fato, entre um e outro [há] muitas trocas e uma continuidade certa” (FOUCAULT, 1997a, p. 112).

Uma prática moral pedagógica não prescinde da colocação em operação de dispositivos de governamentalidade que visem a reforçá-la. Ela instrumentaliza, fornece meios operacionais para que se fortaleça e efetive, num processo concomitante, o discurso pedagógico que a torna possível. Tanto investimento não tem outro objetivo a não ser produzir experiências morais nas quais seja possível capturar o sujeito pedagógico e permitir que ele dobre-se sobre si mesmo em uma relação governável de si para consigo ou de uns pelos outros. Conforme Deleuze:

[...] não basta que a força se exerça sobre outras forças, ou sofra o efeito de outras forças, também é preciso que ela se exerça sobre si mesma: será digno de governar os outros aquele que adquiriu domínio de si [...] É isso a subjetivação: dar uma curvatura à linha, fazer com que ela retorne sobre si mesma. Teremos então os meios de viver o que de outra maneira era invivível. O que Foucault diz é que só podemos evitar a morte e a loucura se fizermos da existência um “modo”, uma “arte” (DELEUZE, 1992, p. 140 – 141, grifos do autor).

Daí a aplicação de diferenciadas técnicas ou exercícios de si, que implicam algum tipo de relação do sujeito consigo mesmo, tais como a confissão, o exame de consciência, a direção de consciência, e aquelas presentes na pedagogia, sob outras denominações, como, por exemplo, a “auto-avaliação”, “autoconhecimento”, “auto-estima”, “autocontrole”, “autoconfiança”, “autonomia”, “auto-regulação”, “autodisciplina”. Atravessando todas elas, o exame e a confissão. Todavia, Foucault observa que

Quaisquer que sejam estes exercícios, uma coisa merece ser observada, é que todos eles são praticados em referência a situações que o sujeito também poderá ter de afrontar: é, portanto, o indivíduo como sujeito de ação, de ação racional e moralmente admissível, que se trata de constituir. O fato de que toda esta arte da vida esteja centrada em torno da questão da relação consigo não deve iludir: o tema da conversão a si não deve ser interpretado como uma deserção do âmbito da atividade, mas antes como a busca do que permite manter a relação de si para consigo como princípio, regra das relações com as coisas, com os acontecimentos e com o mundo (apud GROS, 2004, p. 651).

A partir destas discussões, de certo sumárias, acredito ser possível direcionar o olhar para a questão pedagógica e procurar dar sentido àquelas noções que Foucault utilizou em outros campos de análise. Operacionalizar com elas uma analítica da constituição moral do sujeito pedagógico e a partir desta analítica, conforme Deleuze, empreender a luta por uma subjetividade moderna, a qual “[...] passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose” (2001, p. 113).

## Referências

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Conversações, 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. Que és un dispositivo? *In*: BALBIER, E. et. al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 155-163.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995a, p. 253-278.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995b, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e verdade (1980-1981). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997a, p. 107-115.

\_\_\_\_\_. Segurança, território e população (1977-1978). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997b, p. 79-86.

\_\_\_\_\_. Nascimento da biopolítica (1978-1979). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997c, p. 87-97.

\_\_\_\_\_. Do governo dos vivos (1979-1980). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997d, p. 99-106.

\_\_\_\_\_. A hermenêutica do sujeito (1981-1982). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997e, p. 117 - 134.

\_\_\_\_\_. Teorias e instituições penais (1971-1972). *In*: \_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997f, p. 17 - 23.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. *In*: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998a, p. 243 - 276.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. *In*: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998b, p. 277 - 293.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998c, p.15-37.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir – história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

\_\_\_\_\_. **“Omnes et singulatim”**: para uma crítica da razão política. 2004c. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault>>. Acesso em: 15/03/2004.

\_\_\_\_\_. **As técnicas de si**. 2004d. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault>>. Acesso em: 15/03/2004.

GROS, F. Situação do curso. *In*: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.613 – 661.